

## De Palestina à Ibicaraí: memória, municipalismo e educação

Daisy Laraine Moraes de Assis  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: dassis@uesb.edu.br

Lucia Gracia Ferreira  
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil; Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: lucia.trindade@uesb.edu.br

Luciano Lima Souza  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: llima@uesb.edu.br

1130

**Palavras-chave:** Ibicaraí. Municipalismo. Memória social. Educação. História

## INTRODUÇÃO

O municipalismo no Brasil foi um movimento que ganhou força a partir da década de 1930, influenciando significativamente a organização política e territorial do país, especialmente após a promulgação da Constituição de 1946. O estudo dos municípios possibilita a revisão dos quadros histórico-pedagógicos mais gerais, adensando, cruzando e reorientando o sentido da história (Magalhães, 2019, p. 19). No sul da Bahia, uma região historicamente marcada pela economia cacaueteira, esse movimento teve um papel decisivo na criação de novos municípios e na expansão de serviços públicos essenciais, como a educação. Assim, diante da necessidade de uma maior compreensão sobre como esse processo ocorreu em Ibicaraí, este estudo apresenta uma narrativa histórica sobre o município, enfocando as suas origens e utilizando a memória social/coletiva (Halbwachs, 2004) com o objetivo de analisar a relação entre o movimento municipalista e o desenvolvimento educacional na região, entre os anos de 1940 e 1950.

Realização:



Apoio:



## METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem baseada na análise de fontes bibliográficas e registros históricos sobre o municipalismo e a história de Ibicaraí, fundamentada no conceito de memória coletiva proposto por Maurice Halbwachs (2004). A memória social/coletiva é compreendida como o produto das interações entre memórias individuais e os quadros sociais de referência de um grupo ou comunidade, e é visualizada nos registros históricos disponíveis sobre o período. O estudo, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia em 2023, baseia-se em literatura acadêmica e escritos históricos que discutem a formação do município e o papel do movimento municipalista, buscando compreender suas influências no desenvolvimento da educação local.

1131

## DE PALESTINA À IBICARAÍ

Os municípios tiveram um papel fundamental na educação moderna e contemporânea, intervindo na representação histórica, no ensino e na assistência (Magalhães, 2019, p. 19). Segundo Delorenzo Neto (1957, p. 81), o municipalismo no Brasil atingiu seu ponto mais elevado em 1946, quando o movimento se consolidou como “um instrumento decisivo de ação, com a instalação da Associação Brasileira dos Municípios (ABM)”. Embora nos anos 1930, a partir de ideários ruralistas-agraristas e municipalistas, o movimento já começasse a mostrar o seu caráter embrionário (Carvalho, 2021). O ideário municipalista foi considerado como elemento impulsionador e um dos principais fatores responsáveis pela adoção de uma política de reforma territorial do Estado, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1946. Essa política teve repercussões significativas no sul da Bahia, promovendo a elevação dos distritos mais importantes dos principais municípios da região cacauzeira, como Itabuna e Ilhéus, e intensificando os movimentos pela criação de ginásios populares em suas localidades (Assis, 2023, p. 113).

O período em questão, “quando visto ‘por dentro’, revela-se rico em possibilidades investigativas, oferecendo um repertório considerável de ideias, propostas e instituições que tomaram a educação como tema crucial para o futuro do país” (Freitas, 1999, p. 65). Foi nesse contexto que se desenvolveu a movimentação política em torno

Realização:



Apoio:



do projeto de criação do município de Ibicaraí, o distrito mais importante de Itabuna. Assim, este texto aborda as origens históricas de Ibicaraí, que serviu de inspiração para a elaboração do projeto de pesquisa sobre o movimento municipalista no sul da Bahia e sua influência na educação, utilizando como base a memória social/coletiva (Halbwachs, 2004) presente nos escritos acerca da fundação do município.

O município de Ibicaraí, localizado na zona cacaeira, teve sua origem diretamente ligada ao território de Itabuna, sendo desmembrado em 1952. A transferência das terras devolutas da Bahia para o domínio do Estado, prescrita na primeira Constituição da República, e a crescente importância do cacau como produto de exportação foram circunstâncias favoráveis, responsáveis por um interesse mais próximo e mais imediato que passou a agir na distribuição das terras no sul do Estado. O eixo Itabuna/Ilhéus correspondeu ao local para onde fluiu a quase totalidade das migrações nas duas primeiras décadas do século XX (Diniz; Duarte, 1983).

O primeiro núcleo de povoamento surgiu no local onde se encontrava um pequeno roçado em terras de propriedade de Calixto Roxo. No ano de 1916, Manoel Marques Primo adquiriu a posse daquela terra, estabelecendo-se com sua família, à margem esquerda do Rio Salgado, iniciando o plantio das primeiras sementes de cacau do lugar. A partir de 1917, começaram a chegar à região outras famílias, dando origem a um povoado que passou a ser denominado Palestra, em razão das frequentes reuniões que se faziam no barracão central, em torno de negócios e de conversas que serviam como passatempo. Em virtude do rápido crescimento, em 1920 o Arraial alçou a condição de Distrito. E, por sugestão de Aurélio Caldas, “um dos que mais colaboraram para o desenvolvimento do lugar”, o topônimo primitivo foi substituído por Palestina (IBGE, 1957, p. 248).

Na década de 1930, Palestina alcançou um crescimento significativo tanto nos aspectos econômicos, como nos aspectos socioculturais. Médicos, farmacêuticos, comerciantes e professores, passaram a fixar moradia no arraial. Foi dessa época a chegada das irmãs Zilda e Alzira Mascarenhas, professoras nomeadas pelo poder público estadual (1932), para atuar na Palestina, de Justino Marques (médico), do Padre João do Prado (1933), e de Henrique Sampaio (1935), que administrou o arraial no período de 1939 a 1943. Chegou ainda nessa década, Delfino Guedes, comerciante de gado,

tornando-se, posteriormente, um político importante no cenário local. Em 1937, Dagmar Pinto trouxe novas contribuições para o desenvolvimento da Vila de Palestina com a instalação da coletoria estadual. “Homem culto, poeta e grande orador, também atuou como Delegado Escolar de Ibicaraí e foi o representante da Liga Baiana contra o analfabetismo do Major Cosme de Farias”; posteriormente, assumiu a presidência da UDN local.

Em 1940, o Silvino Pires (seu tio), médico e farmacêutico experiente, passou a residir em Ibicaraí, fundando em 1943 a Farmácia Pires, com a firma Pires & Pires Ltda. Tornando-se uma pessoa de destaque na cidade (Assis, 2005, p. 110). Assim, dado ao crescente progresso, o lugarejo foi promovido a Vila em 1937, sendo definitivamente denominado Ibicaraí, que em tupi significa "Terra Sagrada", através do Decreto-lei Estadual nº 141 de 31 de dezembro de 1943 (IBGE, 1957, p. 248). A abertura de cerca de 800 quilômetros de rodovias, pela secretaria de Viação, na gestão de Landulfo Alves (interventor da Bahia – 1938-1942), com a construção da estrada que ligou Itambé a Palestina (Ibicaraí), permitiu a articulação dos centros de produção com o litoral. Dessa forma, a Vila de Ibicaraí passou a ter maiores condições de desenvolvimento. O desenvolvimento progressivo e o crescimento demográfico local concorreram para que a educação passasse a ser uma das principais exigências da população.

A partir da década de 30 foram delineados os traços iniciais de uma organização escolar em Ibicaraí, principalmente, depois da chegada das professoras Alzira e Zilda Suzart Mascarenhas (1932), - recém-formadas pela Escola Normal de Feira de Santana (1931) -, nomeadas pelo poder público estadual para lecionar no ensino primário (rural), para espalharem “as luzes do saber” ao povo da Palestina (Assis, 2005, p. 111). Na década de 40, o ensino primário passou a ter um grande desenvolvimento com a ampliação da oferta educacional, principalmente com vinda do professor Otavio Monteiro, responsável pela criação da Escola Ruy Barbosa (particular). A Escola Ruy Barbosa começou a operar em regime de semi-internato a partir da década de 1940 até meados da década de 1950, com o propósito de atender jovens da comunidade e de localidades vizinhas. Em 1948, foi reconhecida como de utilidade pública, garantindo-lhe o direito a uma subvenção financeira do poder público municipal, desde que mantivesse uma matrícula anual de pelo

**Realização:**



**Apoio:**



menos dez alunos reconhecidos como carentes (Jornal Oficial de Itabuna, 25 de setembro de 1948).

No início da década de 1950, o movimento pela emancipação de Ibicaraí ganhou força com o apoio de líderes de diversos grupos políticos e classes sociais, todos inspirados pelo ideário municipalista na Bahia, especialmente na região cacauceira. Esse movimento culminou na aprovação do projeto que buscava conferir autonomia político-administrativa a Ibicaraí. A Comissão Emancipacionista de 1947 desempenhou um papel crucial, respaldada por líderes locais, na concretização do projeto em defesa da criação do novo município. Nesse processo, o professor Otávio Monteiro foi considerado um dos principais idealizadores do ensino secundário de Ibicaraí, fazendo parte da Campanha para a instalação do “Ginásio 14 de Agosto” na cidade, principalmente, após a notícia da presença da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) em Itabuna (1952), com o objetivo de ampliação das oportunidades educacionais e de acesso à educação de nível médio à população local.

1134

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo revela a importância do movimento municipalista e educacional na formação e desenvolvimento de Ibicaraí. A partir da análise das memórias sociais e coletivas, foi possível entender como esses elementos moldaram a identidade da comunidade e impulsionaram o desenvolvimento local. Desde suas origens ligadas a Itabuna até a sua emancipação em 1952, a história do município é marcada pela influência significativa de lideranças locais e movimentos emancipacionistas que lutaram pela criação de instituições educacionais e pela autonomia político-administrativa. A política de reforma territorial e educacional, promovida pela Constituição de 1946 e pelo movimento municipalista, teve repercussões significativas no sul da Bahia, especialmente em Ibicaraí. Assim, a história de Ibicaraí não se limita ao seu surgimento administrativo, mas simbolicamente representa a luta por autonomia, educação e desenvolvimento comunitário. Este estudo não apenas apresenta esses aspectos, mas também os posiciona como elementos fundamentais para compreendermos o legado histórico e educacional dessa importante região do sul da Bahia.

**Realização:**



**Apoio:**



## REFERÊNCIAS

ASSIS, D. L. M. **Entre a História e a Memória**: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950. Curitiba: Editora CRV, 2023. Coleção: Educação, Memória e Religião, Volume 7. 198p

ASSIS, D. L. M. **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar**: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, São Cristóvão, 2005.

CARVALHO, Y. “Graças a Deus somos reacionários”: o movimento municipalista brasileiro e as conspirações golpistas pré-1964. **Revista Faces de Clio**, 2021, volume 7, n. 14, 209-232.

DELORENZO NETO, A. **A Evolução do Municipalismo no Brasil**: Administração Municipal. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 74, n. 1, p. 76 - 94, 1957. DOI: 10.21874/rsp.v74i01.4329. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4329>. Acesso em: 8 ago. 2022.

DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: Sudene, 1983.

FREITAS, M. C. (org.). **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, Edusf. (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória), 1999.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20-1.

MAGALHÃES, J. Municípios e Educação. Sarmiento: **Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación**, 23, 5-10. 2019. <https://doi.org/10.17979/srgphe.2019.23.0.5856>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MAGALHÃES, J. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, 18(1), 9-20. 2019. doi: 10.14393/che-v18n1-2019-2. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38950>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Realização:



Apoio:

